



LEI Nº 1.541 DE 29 DE OUTUBRO DE 2007.

DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO PARA FINS DE APOSTILAMENTO DE SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São Romão – Estado de Minas Gerais, fundamentado no § único art. 50 da Lei orgânica do Município, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ao servidor público Municipal, efetivo e estável, quando houver exercido cargo de provimento em comissão, no âmbito do Poder Público Municipal de São Romão, fica assegurado o direito à continuidade de percepção da remuneração do cargo em relação ao qual tenha ocorrido o apostilamento, desde que seu exercício compreenda período igual ou superior a 10 (dez) anos, consecutivos ou não, e dele não for exonerado a pedido ou por penalidade.

Art. 2º - Se o período acima referido for inferior a 10 (dez) anos, igual ou superior a 05 (cinco) anos, o servidor terá direito a título de vantagem pecuniária, por ano de exercício, a importância equivalente a 1/5 (um quinto) da diferença entre o vencimento do cargo em comissão e o do cargo efetivo, inclusive para efeito de adicional por tempo de serviço (quinqüênio).

§ 1º - Não poderá ser computado para efeito de apostilamento o tempo de serviço, quando existir rompimento do vínculo empregatício deste, conseqüente de pedido de demissão, aposentadoria ou dispensa por justa causa.

§ 2º - Quando o servidor houver desempenhado mais de um cargo de provimento em comissão, para efeito de cálculos da diferença a ser somada ao vencimento do cargo efetivo, o valor do cargo

comissionado será apurado sobre o cargo em comissão exercido por mais tempo.

Art. 3º - O servidor deverá fazer o requerimento de apostilamento junto ao órgão onde o mesmo for ocupante de cargo efetivo, devendo seu pedido, obrigatoriamente, ser submetido à apreciação da Procuradoria Geral do Município, para a devida emissão de parecer jurídico.

§ 1º - Na Câmara Municipal, o requerimento de apostilamento do servidor é obrigatoriamente, submetido à consultoria jurídica para a devida emissão de parecer.

§ - 2º - Enquanto perdurar o exercício do cargo de provimento em comissão, o servidor não poderá requerer o seu apostilamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Romão, 29 de outubro de 2.007.



Lúcio José Rezende dos Santos
Prefeito Municipal



Marilda Aparecida Bispo Caxito
Assessor de Gabinete